

Jornal condena restrição a investimento

NOVA YORK — As restrições ao capital estrangeiro votadas no esboço da nova Constituição brasileira foram um dos pontos criticados, ontem, em editorial do jornal **The New York Times**, na véspera da chegada do Presidente José Sarney aos Estados Unidos.

O artigo do mais influente jornal americano, em sua análise sobre a situação política e econômica do Brasil, aponta, entre as medidas positivas, o acordo a que se chegou com o FMI, a fixação do mandato presidencial até 1990, a liberação das tarifas de importação que entravavam o comércio exterior e o congelamento por dois meses (abril e maio) da URP para o funcionalismo.

Eis a íntegra do editorial:

“O Presidente do Brasil, José Sarney, teve duas importantes vitórias esta semana: seus negociadores chegaram a um acordo com o Fundo Monetário Internacional sobre um novo programa de financiamento e o Congresso

brasileiro fixou a duração do mandato presidencial até 1990. Agora ele tem um intervalo para reverter o curso desastroso da economia brasileira. Estrangeiros — incluindo os bancos dos Estados Unidos — podem ajudá-lo. Mas muita intromissão poderia apenas fortalecer as mesmas forças que Sarney tem que superar.

“O Brasil terminou um período de regime militar em 1985. Três anos de gerência econômica inconsistente sob o Sr. Sarney tiraram a confiança que a economia brasileira uma vez teve no exterior. Um desfile de Ministros das Finanças balançou a oitava economia capitalista mundial para frente e para trás, entre gastos públicos e austeridade, controle de preços e uma política de ‘laissez-faire’, protecionismo e abertura.

“Não se deve culpar a transição democrática, mas sim a falta desta. O Sr. Sarney chegou ao cargo sem uma eleição popular e não tinha nenhuma experiência com instituições democráticas. Ansioso por criar uma base popular de apoio, ele foi incapaz de resistir aos interesses especiais ou ordenar sacrifícios necessários. Isso apenas alimentou inflação, corrupção e deriva do barco econômico.

“Incentivado pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, o Sr. Sarney finalmente concordou com uma mudança no curso. No mês passado, liberou muitas tarifas de importação e regulamentações que até o momento impedem o comércio exterior e o investi-

mento. A folha de pagamentos do Governo, um fator que muito contribui para o déficit público e a inflação, foi temporariamente congelada. E a cooperação com o FMI foi novamente normalizada. Os negociadores brasileiros no exterior agora já têm a perspectiva de um reescalonamento de US\$ 62 bilhões de sua dívida externa com os bancos comerciais.

“Infelizmente, uma agenda econômica menos realista está sendo seguida pelo Congresso brasileiro. Dominado por uma coalizão nacionalista que reúne tanto a direita quanto a esquerda, ele encheu o esboço de uma nova Constituição com restrições ao capital estrangeiro e bloqueou a reforma agrária.

“Mais alarmante, as Forças Armadas brasileiras novamente se tornaram mediadoras do poder. O Sr. Sarney, enfrentando uma forte oposição popular à extensão de seu mandato, sobrepôs-se apenas depois que os comandantes militares pressionaram fortemente o Congresso. Todavia, os militares são também protecionistas e gastadores.

“Assim, o Presidente Sarney deverá certamente receber fortes pressões para abandonar seu novo curso econômico liberal. Seria algo inteligente por parte dos credores — e Washington — fortalecer a decisão do Presidente através de um sensível programa no tocante à dívida externa brasileira. Mas grosseiras demonstrações de pressão irão apenas fortalecer as mesmas forças poderosas com que contam os nacionalistas brasileiros”.